



Norma para Trabalhadores Agrícolas da Fair Trade USA Versão 1.1

FTUSA_FWS_CC_1.1v3_PT_040214

2 de abril de 2014

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
EM	Empoderamento			
DM	Desenvolvimento e Gestão do Plano de Implementação do Comércio Justo			
EM-DM 1	EM-DM 1.1	A empresa (no caso de propriedades múltiplas, o Parceiro de Acesso ao Mercado e/ou suas fazendas membros) realizou uma avaliação das necessidades para determinar as necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores. A avaliação de necessidades é baseada em pesquisas ou dados primários e resultados são compartilhados com o Comitê do Comércio Justo.	1	
	EM-DM 1.2	A empresa (no caso de propriedades múltiplas, o Parceiro de Acesso ao Mercado e/ou suas fazendas membros) preparou um Plano de Implementação do Comércio Justo por escrito abordando o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores (baseado nas descobertas da avaliação de necessidades) e o cumprimento com os requerimentos ambientais desta norma. O plano inclui no mínimo: - metas de gestão - como atingir as metas - identificação dos requisitos em risco de não cumprimento dentro das Condições de Trabalho, Responsabilidade Social e Gestão Ambiental, seções desta Norma - como medir a realização - prazos - orçamentos - outros recursos necessários (pessoal, treinamento, investimento, infraestrutura, etc.) - coerência com o plano de trabalho do Prêmio, se aplicável (ex. no caso de projetos conjuntos entre a empresa e fundos do prêmio)	1	
	EM-DM 1.3	O progresso do Programa de Implementação do Comércio Justo está alinhado com os prazos previstos nos critérios de cumprimento da Fair Trade USA. Razões para o não cumprimento destes prazos previstos são plausíveis e explicadas à Fair Trade USA.	1	
	EM-DM 1.4	O Plano do Comércio Justo é implementado e medidas para alcançar o cumprimento são revisadas anualmente pela empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas). A revisão anual inclui verificar o progresso em comparação a relatórios de auditorias passadas.	3	
	EM-DM 1.5	A empresa e/ou MAP informou a Fair Trade USA sobre todos os locais onde produtos do Comércio Justo são manipulados (i.e. armazenados, processados e embalados).	0	
	EM-DM 1.6	A avaliação de risco por escrito é atualizada pelo PAM a cada três anos, no mínimo.	3	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ES-DM 1	EM-DM 1.7	<i>Somente para múltiplas-propriedades:</i> Um Sistema de Controle Interno (SCI) tem sido desenvolvido para monitorar a implementação de práticas requeridas por esta Norma a fazendas individuais e empresas.	0	
	EM-DM 1.8	<i>Somente para múltiplas-propriedades:</i> O SCI inclui, no mínimo, uma avaliação do risco de um membro ou novo membro prospectivo de não cumprir com qualquer aspecto desta norma.	0	
	EM-DM 1.9	<i>Somente para múltiplas-propriedades:</i> O PAM conduz uma auditoria interna de fazendas membro pelo menos anualmente como parte do SCI, e de todas as novas fazendas antes que elas possam ser adicionadas ao certificado.	0	
	EM-DM 1.10	<i>Somente para múltiplas-propriedades:</i> O Sistema de Controle Interno tem sido implementado, e é efetivo em assegurar que todas as fazendas / empresas membros cumprem com os requisitos individuais para fazenda / empresa desta Norma.	0	
EM-DM 2	EM-DM 2.1	A responsabilidade social corporativa é uma parte integral da missão <i>escrita</i> ou declaração de política da empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas).	0	
EM-DM 3	EM-DM 3.1	A gerência sênior (para o PAM e cada site certificado, no caso de propriedades múltiplas) toma as decisões necessárias para implementar as Normas com sucesso, e é responsável por elas.	0	
	EM-DM 3.2	A pessoa responsável pelo Comércio Justo (Oficial do Comércio Justo) é nomeada no escritório central (do PAM no caso de propriedades múltiplas) e é responsável por todas as propriedades sob a certificação do Comércio Justo.	0	
	EM-DM 3.3	O oficial do CJ controla a implementação dos princípios fundamentais do Comércio Justo em todas as propriedades afiliadas à organização multi locais, ou supervisiona a implementação no caso de propriedades múltiplas. As responsabilidades do oficial do CJ são claras, apropriadas e documentadas. Deveres incluem relatórios para o Gerente Executivo e ser um representante da gerência no Comitê do Comércio Justo.	0	M
EM-DM 4	EM-DM 4.1	<i>Aplicável a partir da primeira venda do Comércio Justo:</i> Caso houver receitas adicionais do Comércio Justo (ex. diferença entre o preço mínimo e preço de mercado no caso do preço de mercado estar substancialmente abaixo do preço mínimo do Comércio Justo) o empregador demonstra que as receitas estão sendo usadas para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores.	0	
EM-DM 5	EM-DM 5.1	Medidas tem sido implementadas para introduzir o conceito e sistema do Comércio Justo a todos os níveis da empresa, incluindo as diferentes funções, deveres e posições do Comitê do Comércio Justo e o comitê dos trabalhadores ou sindicato.	0	
	EM-DM 5.2	Um programa de treinamento contínuo para aumentar a conscientização sobre Comércio Justo está em vigor e é acompanhado.	3	
EM-DM 6	EM-DM 6.1	A gerência atribui tempo durante as horas regulares de trabalho e fornece outros recursos que são necessários ou favoráveis para a implementação bem sucedida do Plano de Implementação do Comércio Justo.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
EM-DM 7	EM-DM 7.1	Um procedimento de reclamação escrito está em vigor e é comunicado a todos os trabalhadores verbalmente e por escrito.	0	
	EM-DM 7.2	Os trabalhadores não são disciplinados, demitidos ou discriminados por usarem qualquer procedimento de reclamação.	0	
	EM-DM 7.3	Procedimentos especiais são integrados ao procedimento de reclamação por escrito da empresa para casos de discriminação contra o direito de negociação coletiva e liberdade de associação.	3	
	EM-DM 7.4	Um sistema de sugestão interno para os empregados está em vigor. A empresa pode demonstrar que: a) esforços têm sido feitos para que os empregados estejam cientes deste canal, e b) que processos estão em vigor para lidar com as sugestões dos empregados.	3	
EM-DM 8	EM-DM 8.1	Um procedimento de reclamação por escrito está em vigor para casos de assédio sexual.	0	
	EM-DM 8.2	Caso houver ocorrido um relato de assédio sexual, um comitê de investigação é designado para resolver quaisquer casos de assédio sexual.	1	
EM-DM 9	EM-DM 9.1	A empresa (no caso de propriedades múltiplas, o Parceiro de Acesso ao Mercado e/ou suas fazendas membros) realizou uma avaliação de necessidades da comunidade de origem da qual a maioria dos trabalhadores migrantes vem. Isto tem sido compartilhado com o Comitê do Comércio Justo. A avaliação de necessidades deve ser baseada em pesquisas ou dados primários.	1	
EM-DM 10	EM-DM 10.1	A empresa realizou uma avaliação de necessidades dos trabalhadores migrantes para determinar como pode melhorar suas condições de trabalho. A avaliação de necessidades deve ser baseada em pesquisas ou dados primários.	1	
	EM-DM 10.2	A empresa criou e implementou um plano de desenvolvimento <i>por escrito</i> para os trabalhadores migrantes, baseado na avaliação de necessidades.	1	
	EM-DM 10.3	O Comitê do Comércio Justo e os trabalhadores migrantes foram consultados durante o esboço do plano de desenvolvimento.	1	
	EM-DM 10.4	O plano de desenvolvimento para trabalhadores migrantes foi explicado e discutido com o Comitê do Comércio Justo e com a Assembleia Geral dos trabalhadores.	1	
EM-DM 11	EM-DM 11.1	Acesso à educação primária é garantido para todas as crianças de trabalhadores que residem na propriedade.	1	
	EM-DM 11.2	Medidas estão em vigor e são monitoradas dentro do Plano de Implementação do Comércio Justo para melhorar a educação de todas as crianças dos trabalhadores. Tais medidas podem incluir a provisão de bolsas de estudo, doações em espécie de materiais e suprimentos educacionais, roupa, comida ou transporte.	6	
EM-DM 12	EM-DM 12.1	Treinamento sobre o Comércio Justo é fornecido pelo menos anualmente para todos os níveis, incluindo trabalhadores e seus representantes.	1	
EM-DM 13	EM-DM 13.1	A empresa definiu e <i>documentou</i> a política, o plano e os objetivos de recursos humanos que são consistentes com o plano de implementação do Comércio Justo.	3	
	EM-DM 13.2	Pessoal, recursos, medidas e procedimentos são implementados para melhorar as relações trabalhador-gerência, treinamento (incluindo novas contratações), e o desenvolvimento dos empregados, de acordo com os planos e os objetivos definidos.	3	
	EM-DM 13.3	Processos estão em vigor para monitorar e melhorar a implementação de políticas e planos de RH.	6	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
PTA Participação Inclusiva, Transparência e Responsabilidade Financeira				
EM-PTA 1	EM-PTA 1.1	Um Comitê do Comércio Justo (ou Comitês do Comércio Justo), com representantes dos trabalhadores, foi criado com representação igual à da força de trabalho.	0	M
	EM-PTA 1.2	Aplicável somente para propriedades múltiplas e organizações multi locais, desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: Se o Comitê do Comércio Justo foi criado no nível local (cada propriedade), a estrutura central (escritório central ou PAM) é responsável pelo recebimento do Prêmio do Comércio Justo e canaliza as quantias respectivas de Prêmio do Comércio Justo sem atraso para as contas dos Comitês locais do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 1.3	Um estatuto por escrito definindo os objetivos, funcionamento, composição, meios e procedimentos do Comitê do Comércio Justo está em vigor.	0	
	EM-PTA 1.4	O estatuto foi devidamente aprovado pela assembleia geral dos trabalhadores.	0	
	EM-PTA 1.5	<i>Aplicável somente para propriedades múltiplas ou organizações multi locais que estabeleceram um comitê central do Comércio Justo</i> : Os Comitês locais do Comércio Justo ou Assembleias Gerais elegeram delegados para representar a propriedade no Comitê central do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 1.6	<i>Aplicável somente para</i> propriedades múltiplas ou organizações multi locais <i>que estabeleceram vários comitês locais do Comércio Justo. Aplicável a partir do momento da primeira venda do Comércio Justo</i> : A estrutura central (escritório central ou PAM) fornece ao órgão de certificação uma visão geral da renda do prêmio do Comércio Justo da empresa, as regras de distribuição para os Comitês locais do Comércio Justo, uma versão agregada dos Planos de Trabalho individuais do Prêmio e Prêmio do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 1.7	A gerência da propriedade mantém uma lista de trabalhadores oficial atualizada que identifica claramente a força de trabalho ativa. No caso de propriedades múltiplas, a lista é disponibilizada ao PAM.	0	
	EM-PTA 1.8	O estatuto do Comitê do Comércio Justo define claramente os esquemas de representação/delegados quando necessário.	0	
	EM-PTA 1.9	<i>Aplicável somente para propriedades múltiplas ou organizações multi locais que estabeleceram um comitê central do Comércio Justo</i> : O Comitê central do Comércio Justo possui regras internas definindo os papéis específicos, as responsabilidades e as linhas de comunicação de quaisquer Comitês locais do Comércio Justo ou força de trabalho/Assembleias Gerais locais.	3	
EM-PTA 2	EM-PTA 2.1	Um órgão legal é estabelecido antes que quaisquer bens sejam adquiridos usando o Prêmio do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 2.2	O órgão legal compreende e representa todos os empregados, assim como os donos do prêmio do Comércio Justo e quaisquer bens adquiridos com o Prêmio do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 2.3	O estatuto define a Assembleia Geral de todos os trabalhadores/membros como a autoridade suprema para tomada de decisões do órgão legal.	0	
EM-PTA 3	EM-PTA 3.1	Os representantes dos trabalhadores são eleitos por meio de um processo democrático alinhado com o estatuto e Guia para a Aplicação e Interpretação da Norma para Trabalhadores Agrícolas, que está documentado. Todos os trabalhadores têm direitos iguais de voto e têm a oportunidade de votar.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
EM-PTA 3	EM-PTA 3.2	O número de representantes de trabalhadores que não são supervisores no Comitê do Comércio Justo é maior que o número de representantes da gerência (incluindo supervisores e gerência média e recrutadores) designados.	0	
	EM-PTA 3.3	A composição do Comitê do Comércio Justo reflete a composição da força de trabalho.	0	
	EM-PTA 3.4	Os representantes da gerência foram formalmente designados pela gerência, de acordo com o estatuto do Comitê do Comércio Justo, e a nomeação é apropriadamente documentada.	0	
EM-PTA 4	EM-PTA 4.1	A gerência participa ativamente e responsabilmente no Comitê do Comércio Justo, por meio de seus representantes, apoiando os trabalhadores na gestão do prêmio, de acordo com a orientação dada na Guia para a Aplicação e Interpretação da Norma para Trabalhadores Agrícolas. Os representantes da gerência não têm direito de voto, mas podem vetar decisões do Comitê do Comércio Justo quando as mesmas estão em conflito com os padrões do Comércio Justo, ou são claramente ilegais.	0	
EM-PTA 5	EM-PTA 5.1	<i>Aplicável desde o momento do primeiro gasto do prêmio: Todo gasto do Prêmio do Comércio Justo está de acordo com o Plano de Trabalho do Prêmio. Para propriedades múltiplas ou organizações multi locais, todos os gastos realizados pelo Comitê central de delegados do Comércio Justo ou pelos Comitês do Comércio Justo locais estão de acordo com o(s) Plano(s) de Trabalho do Prêmio.</i>	0	
	EM-PTA 5.2	<i>Aplicável desde o momento do primeiro gasto do prêmio: O Plano de Trabalho do Prêmio foi aprovado pela Assembleia Geral e está alinhado com a Guia para a Aplicação e Interpretação da Norma para Trabalhadores Agrícolas.</i>	0	
	EM-PTA 5.3	<i>Aplicável se há um órgão legal gerenciando a conta do Prêmio (ver EM-PTA 2.1): no estabelecimento da conta do Prêmio do Comércio Justo, um acordo legalmente vinculante é assinado entre a empresa / PAM e o órgão legal registrado para gerenciar o Prêmio, declarando que em caso de decertificação ou dissolução da empresa: 1) o saldo da conta do Prêmio deve ser usado para os projetos do Prêmio em andamento ou planejados ou ser distribuído entre os trabalhadores dentro de 3 meses após a decertificação ou dissolução, e 2) qualquer valor emprestado pela empresa do fundo do Prêmio deve ser pago ao órgão legal dentro deste prazo de 3 meses para permitir o seu uso ou distribuição.</i>	0	
EM-PTA 6	EM-PTA 6.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: A administração e o uso do Prêmio do Comércio Justo pelo(s) Comitê(s) do Comércio Justo são transparentes e coerentes.</i>	0	M
	EM-PTA 6.2	A gerência não usou o Prêmio do Comércio Justo de forma errada.	0	M
	EM-PTA 6.3	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: O Comitê do Comércio Justo deixa disponível a todos os trabalhadores um relatório financeiro anual por escrito com informações sobre a renda, gastos e balanço do Prêmio do Comércio Justo.</i>	0	
	EM-PTA 6.4	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: O Comitê do Comércio Justo deixa disponível a todos os trabalhadores um relatório anual por escrito com informações sobre as atividades e o progresso de projetos existentes do Prêmio do Comércio Justo.</i>	0	
	EM-PTA 6.5	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: Auditorias financeiras externas são conduzidas em anos em que altos volumes do Prêmio do Comércio Justo (> US\$15.000,00) são gerados ou gastos.</i>	0	
	EM-PTA 6.6	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: Para grupos com múltiplos Comitês do Comércio Justo, os princípios de distribuição do Prêmio do Comércio Justo são transparentes e documentados nos Regulamentos Internos dos Comitês locais do Comércio Justo. Exemplos de distribuição transparente incluem volumes vendidos ou o número de trabalhadores representados.</i>	0	
EM-PTA 7	EM-PTA 7.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: O Comitê do Comércio Justo tem um sistema em vigor para receber e registrar sugestões, pedidos e decisões sobre o Prêmio do Comércio Justo.</i>	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
EM-PTA 8	EM-PTA 8.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> Decisões do Comitê do Comércio Justo sobre o uso do Prêmio do Comércio Justo são alcançadas por consenso ou, se o consenso não for alcançado, a decisão é tomada pela maioria dos representantes dos trabalhadores.	0	
EM-PTA 9	EM-PTA 9.1	O Comitê do Comércio Justo se reúne pelo menos uma vez por trimestre com remuneração integral durante o horário de trabalho remunerado. É aceitável se reunir durante horas não tradicionais se os trabalhadores receberem o mesmo pagamento que receberiam por horas trabalhadas.	0	
	EM-PTA 9.2	A gerência ou o PAM fornece os recursos necessários para que as reuniões aconteçam e convoca uma Assembleia Geral pelo menos uma vez ao ano.	0	
EM-PTA 10	EM-PTA 10.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> Informações sobre o prêmio recebido e quaisquer juros e/ou cobrança bancária são deixados prontamente disponíveis a todos os membros do Comitê do Comércio Justo pela gerência ou o PAM.	0	
	EM-PTA 10.2	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> Informações sobre o balanço atual do prêmio do Comércio Justo é um ponto obrigatório da pauta das reuniões do Comitê do Comércio Justo.	0	
EM-PTA 11	EM-PTA 11.1	Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: Antes de receber qualquer rendimento do Prêmio do Comércio Justo, uma conta bancária separada para o Prêmio do Comércio Justo é estabelecida.	0	
	EM-PTA 11.2	Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo: No mínimo, um representante dos trabalhadores e um representante da gerência do Comitê do Comércio Justo são signatários conjuntos da conta.	0	
EM-PTA 12	EM-PTA 12.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> Todos os livros relevantes da conta do Prêmio do Comércio Justo estão disponíveis a todos os membros do Comitê do Comércio Justo e ao órgão de certificação.	0	
	EM-PTA 12.2	Se aplicável, um comitê interno de auditoria é eleito de acordo com as mesmas regras do Comitê do Comércio Justo.	1	
	EM-PTA 12.3	Se aplicável, o comitê interno de auditoria está ativo e medidas apropriadas são tomadas para melhorar o monitoramento dos trabalhadores sobre a administração financeira do Comitê do Comércio Justo.	1	
EM-PTA 13	EM-PTA 13.1	Um treinamento inicial é fornecido a membros novos do Comitê do Comércio Justo sobre o funcionamento e as responsabilidades de um Comitê do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 13.2	A divisão de tempo e custos de capacitação para membros do Comitê do Comércio Justo são negociados entre a gerência (ou o PAM) e o Comitê do Comércio Justo. O acordo é documentado e incorporado aos procedimentos do Comitê do Comércio Justo. A gerência /PAM não pode transferir toda a responsabilidade do treinamento para o Comitê do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 13.3	Capacitação regular (pelo menos a cada trimestre) para representantes de trabalhadores no Comitê do Comércio Justo é realizada a fim de assegurar que eles podem realizar suas funções.	1	
EM-PTA 14	EM-PTA 14.1	<i>Antes de qualquer parte do Prêmio do Comércio Justo ser gasta:</i> O Comitê do Comércio Justo preparou um plano de trabalho do Prêmio do Comércio Justo por escrito baseado nas prioridades estabelecidas por todos os trabalhadores através de voto, pesquisa ou outro método democrático.	0	
	EM-PTA 14.2	<i>Antes de qualquer parte do Prêmio do Comércio Justo ser gasta:</i> O plano de trabalho do Prêmio do Comércio Justo é aprovado democraticamente antecipadamente pela Assembleia Geral dos trabalhadores.	0	
	EM-PTA 14.3	<i>Antes de qualquer parte do Prêmio do Comércio Justo ser gasta:</i> O plano de trabalho do Prêmio do Comércio Justo contém um orçamento baseado na renda esperada do Prêmio do Comércio Justo e de acordo com as prioridades estabelecidas pelos trabalhadores para o uso do Prêmio do Comércio Justo.	0	
	EM-PTA 14.4	A participação ativa dos trabalhadores fornecendo informações e sugestões para o plano de trabalho do Prêmio do Comércio Justo melhorou. Exemplos de participação ativa incluem mais trabalhadores participando das reuniões (como demonstrado pelas atas de reunião), mais votos, ou mais ideias geradas para o uso do prêmio.	3	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
EM-PTA 15	EM-PTA 15.1	Dentro de um prazo de um ano de certificação, as regras, regulamentos e procedimentos do Comitê do Comércio Justo, estabelecidos como parte do estatuto requerido pelo EM-PTA 1, estão em vigor e disponíveis aos trabalhadores.	1	
EM-PTA 16	EM-PTA 16.1	O Comitê do Comércio Justo implementa medidas para melhorar o planejamento e a análise que fazem parte da preparação do Plano de Trabalho do Prêmio do Comércio Justo (avaliação de necessidades, estabelecimento de prioridades, estudos de viabilidade, análise de custos, implementação e monitoramento e orçamento).	1	
EM-PTA 17	EM-PTA 17.1	O Comitê do Comércio Justo tem acesso a ferramentas de administração e comunicação - telefone, e-mail e/ou fax - e tem sua própria conta de e-mail independente, onde a infraestrutura permitir.	3	
EM-PTA 18	EM-PTA 18.1	O Comitê do Comércio Justo considerou e discutiu a possibilidade de desenvolvimento de projetos do Prêmio do Comércio Justo nas comunidades de origem dos trabalhadores migrantes.	3	
ED Desenvolvimento Econômico				
PR Requerimentos do Preço do Comércio Justo				
ED-PR 1	ED-PR 1.1	A empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas) deve assegurar que novos preços do Comércio Justo anunciados pela Fair Trade USA sejam aplicados nos novos contratos a partir da data efetiva comunicada pela Fair Trade USA.	0	
	ED-PR 1.2	A empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas) deve assegurar que em todos os contratos existentes, todos os termos & condições de precificação sejam honrados como combinados originalmente.	0	
FTP Requerimentos do Prêmio do Comércio Justo				
ED-FTP 1	ED-FTP 1.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> O montante correto do prêmio do Comércio Justo é pago ao Comitê do Comércio Justo.	0	
	ED-FTP 1.2	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> A empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas) possui um contrato por escrito com o pagador do Prêmio para assegurar condições apropriadas e a transferência de pagamentos de prêmios ao Comitê do Comércio Justo.	0	
ED-FTP 2	ED-FTP 2.1	<i>Aplicável desde o momento da primeira venda do Comércio Justo:</i> O Prêmio do Comércio Justo não é usado para cobrir os custos de funcionamento da empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas), ou os custos de conformidade com os requerimentos desta norma do Comércio Justo ou outras normas relacionadas ao produto específico, salvo se declarado diferentemente (por exemplo em EM-PTA 13.2).	0	
CE Condições de Trabalho				
ED-CE 1	ED-CE 1.1	As condições de trabalho, incluindo salários, atendem ou excedem os seguintes padrões: regulações do setor, Acordos de Negociação Coletiva que estejam em vigor com o empregador, o salário mínimo médio da região, e o salário mínimo oficial para ocupações similares.	0	M
	ED-CE 1.2	Outras condições de emprego (ex. licença médica, tipos adicionais de licença, benefícios legais) excedem ou estão de acordo com a lei nacional.	0	M
	ED-CE 1.3	O empregador especificou salários para todas as funções.	0	
	ED-CE 1.4	Para remuneração baseada em produção, cotas ou por tarefa, a taxa de remuneração permite que o trabalhador ganhe o salário mínimo proporcional ou a média da indústria relevante (seja qual for o maior) durante o horário normal de trabalho.	0	
	ED-CE 1.5	<i>Aplicável onde há uma organização de trabalhadores:</i> As taxas por tarefa estão de acordo com o ANC ou com o acordo sobre condições de trabalho com a organização dos trabalhadores, e seu método de cálculo é transparente e está disponível para os trabalhadores.	0	
	ED-CE 1.6	Licença médica causada pelo trabalho (ex. um acidente) não é descontada da licença anual.	0	
ED-CE 2	ED-CE 2.1	Todos os trabalhadores estão cientes de seus direitos e deveres, responsabilidades, salários e cronogramas de trabalho.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ED-CE 3	ED-CE 3.1	O pagamento é efetuado de forma legal, ou seja, dinheiro ou equivalentes ao dinheiro (cheque, depósito direto). Onde o pagamento é feito por depósito direto, o empregador não tem acesso de retirada das contas bancárias dos trabalhadores.	0	M
	ED-CE 3.2	Os pagamentos são efetuados aos trabalhadores diretamente e sem atraso, de acordo com uma agenda de pagamento apropriada que é mensal ou a cada duas semanas. A agenda de pagamento foi comunicada aos trabalhadores. Pagamentos em espécie não são permitidos, exceto em regiões onde os mesmos sejam legalmente permitidos, acordados por ambas as partes e documentados, incluindo uma definição do valor das mercadorias.	0	
	ED-CE 3.3	Os trabalhadores recebem holerites (contracheques) regularmente. Os holerites fornecem uma clara contabilidade dos salários recebidos, subsídios, bônus, pagamento de hora extra, e todas as deduções em detalhe. Esta informação também está disponível mediante solicitação.	0	
	ED-CE 3.4	O empregador fornece ao trabalhador acesso a um mecanismo de apelação apropriado, se discrepâncias no pagamento forem encontradas.	0	
ED-CE 4	ED-CE 4.1	Deduções no salário são permitidas apenas conforme acordadas por leis nacionais, conforme fixadas por um Acordo de Negociação Coletiva ou quando o empregado tenha dado permissão por escrito.	0	
	ED-CE 4.2	Quando reduções de salário são feitas por serviços fornecidos pelo empregador, elas não excedem os custos reais incorridos à empresa.	0	
	ED-CE 4.3	Deduções de salário não são usadas como uma medida disciplinar.	0	
ED-CE 5	ED-CE 5.1	O empregador implementou uma política para assegurar que a licença médica não seja deduzida da licença anual.	0	
ED-CE 6	ED-CE 6.1	Todos os trabalhadores permanentes têm um contrato escrito e legamente vinculante que claramente descreve os termos de contratação e que protege trabalhadores contra a perda de remuneração no caso de doença, incapacidade ou acidente. Os trabalhadores podem terminar o contrato a qualquer momento a fim de evitar a servidão por dívida.	0	
	ED-CE 6.2	Todos os trabalhadores permanentes receberam uma cópia do contrato ou no mínimo, têm acesso livre ao contrato original assinado.	0	
	ED-CE 6.3	Em caso de dissolução do contrato, o período de notificação será o mesmo para empregador e trabalhador.	0	
ED-CE 7	ED-CE 7.1	Todas as posições que são de natureza regular são diretamente compostas por trabalhadores permanentes; obrigações legais não são evitadas através do uso excessivo de contratos de trabalho por tempo limitado.	0	
	ED-CE 7.2	Uma visão geral das necessidades de trabalho do empregador é feita a cada ano, indicando os períodos nos quais trabalhadores não permanentes serão necessários.	0	
	ED-CE 7.3	Contratos de tempo limitado ou qualquer subcontratação são somente emitidos a trabalhadores não permanentes durante períodos de pico, e/ou no caso de tarefas especiais e/ou sob circunstâncias excepcionais.	0	
	ED-CE 7.4	Trabalhadores temporários que estão empregados por um período maior do que 90 dias úteis de serviço ininterrupto têm um contrato legalmente vinculante e assinado com descrição de trabalho que é acessível aos trabalhadores.	1	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ED-CE 8	ED-CE 8.1	As horas de trabalho cumprem com as leis e normas da indústria aplicáveis.	0	
	ED-CE 8.2	Trabalhadores não são requeridos a trabalhar mais do que o máximo do país, exceto quando um acordo escrito entre o empregador e os empregados existir. Se o máximo não é especificado pelas leis nacionais ou locais, então 48 horas por semana em uma base regular se aplicam.	0	
	ED-CE 8.3	Horas extras obedecem às leis ou normas da indústria aplicáveis.	0	
	ED-CE 8.4	Intervalos para refeição e descanso são estipulados e respeitados. Os trabalhadores recebem um intervalo de almoço não pago de 30 minutos para cada 5 horas trabalhadas e um intervalo de descanso adicional de 15 minutos pago para cada quatro horas trabalhadas.	0	
ED-CE 9	ED-CE 9.1	Trabalhadores recebem pelo menos 24 horas consecutivas de descanso a cada 7 dias, a menos que circunstâncias excepcionais se apliquem.	0	
	ED-CE 9.2	Circunstâncias excepcionais (somente por um período limitado de tempo) foram comunicadas e acordadas pelos trabalhadores. Documentação sobre este acordo deve ser mantida em um formato auditável. Isso se aplica a todos os trabalhadores, incluindo trabalhadores temporários e sazonais.	0	
	ED-CE 9.3	Períodos de descanso perdidos durante circunstâncias excepcionais são oferecidos aos trabalhadores dentro de 3 meses. Trabalhadores podem escolher se querem ou não tirar estes dias de descanso.	0	
	ED-CE 9.4	Mesmo sob circunstâncias excepcionais, trabalhadores recebem pelo menos 24 horas consecutivas de descanso depois de 18 dias.	0	
ED-CE 10	ED-CE 10.1	Horas extras não excedem 12 horas por semana, a menos que circunstâncias excepcionais se apliquem (onde não for definido por lei nacional ou local, horas extras são qualquer trabalho realizado depois de um dia de 8 horas).	0	
	ED-CE 10.2	Horas extras são voluntárias e não são requeridas regularmente.	0	
	ED-CE 10.3	Horas extras são compensadas com uma taxa prêmio de acordo com as regulamentações nacionais ou locais, onde aplicável. Essa taxa é acordada por escrito antes de quaisquer horas extras serem trabalhadas.	0	
	ED-CE 10.4	Os trabalhadores não têm o trabalho negado ou são discriminados por não poderem ou não estarem dispostos a trabalhar horas extras.	0	
	ED-CE 10.5	Mesmo sob circunstâncias excepcionais, trabalhadores não trabalham mais do que 14 horas consecutivas em um período de 24 horas.	0	
	ED-CE 10.6	Mesmo sob circunstâncias excepcionais, os trabalhadores não trabalham mais do que 72 horas por semana.	0	
ED-CE 11	ED-CE 11.1	O empregador fornece aos trabalhadores férias que atendem ou excedem a lei nacional ou local.	0	
	ED-CE 11.2	O empregador fornece aos trabalhadores permanentes de tempo integral pelo menos 12 dias de folga remunerada por ano. Férias são dadas proporcionalmente para trabalhadores de meio período e sazonais.	1	
ED-CE 12	ED-CE 12.1	Licença maternidade é de pelo menos oito semanas integralmente remuneradas para trabalhadoras permanentes de tempo integral. Licenças anuais acumuladas não são contadas como licença maternidade, mas podem ser adicionadas à mesma. Pelo menos 6 semanas da licença maternidade devem ser pós parto. Licença maternidade deve ser dada proporcionalmente para trabalhadoras de meio período e sazonais.	0	
	ED-CE 12.2	Trabalhadoras (de tempo integral ou de meio período) não são penalizadas por tirar licença maternidade, e têm garantia de retornar para a mesma ou melhor posição com o mesmo salário ou mais alto no final da licença maternidade.	0	
	ED-CE 12.3	Intervalos para amamentação são concedidos por pelo menos 6 meses depois do nascimento.		

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ED-CE 13	ED-CE 13.1	O empregador cumpre com a lei local com relação ao fornecimento de seguro saúde e benefícios de seguridade social, incluindo pensão e seguro invalidez para os trabalhadores. Em casos onde os trabalhadores permanentes não têm legalmente o direito a benefícios de seguro saúde, a empresa fornece Seguros de Saúde Privados ou serviços de saúde compatíveis.	0	
	ED-CE 13.2	Pagamentos dos benefícios de seguridade social e/ou provisões para seguro saúde são feitos no prazo.	0	
ED-CE 14	ED-CE 14.1	Há um acordo prévio por escrito entre o empregador e os trabalhadores migrantes recrutados referente a: salários, despesas de viagem, segurança de viagem, horas de trabalho, acordos de hora extra, duração do emprego, idade mínima de emprego, não discriminação, quebra de contrato, e termos de repatriação, caso o funcionário recrutado fique doente ou incapacitado antes de alcançar o local de trabalho, seja considerado medicamente inapto, ou seja negado o emprego após o recrutamento por uma razão pela qual ele/ela não é responsável. Os acordos devem ser explicados verbalmente e por escrito numa linguagem compreensível ao trabalhador migrante.	1	
ED-CE 15	ED-CE 15.1	O empregador fornece prazos e medidas para fornecer a todos os trabalhadores permanentes os benefícios de um fundo de previdência ou esquema de pensão e seguro por invalidez.	3	
ED-CE 16	ED-CE 16.1	Se a licença maternidade for menor que 12 semanas, um plano deve ser feito para aumentar a licença maternidade uma semana por ano até completar 12 semanas.	1	
	ED-CE 16.2	Dentro de seis anos de certificação, a licença maternidade é dada por pelo menos 12 semanas remuneradas integralmente, não incluindo a licença anual.	6	
ED-CE 17	ED-CE 17.1	O empregador realiza toda a contratação de trabalhadores sazonais diretamente ao invés de por meio de um subcontratador, exceto sob circunstâncias excepcionais.	1	
	ED-CE 17.2	Onde um subcontratador de trabalho é usado, o subcontratador declarou por escrito que ele adere à lei nacional, às convenções da OIT e às normas do Comércio Justo.	1	
	ED-CE 17.3	O empregador é responsável por assegurar que o subcontratador cumpriu com todos os requerimentos da Norma, e mantém evidências razoáveis disto (ver o requerimento da norma ED-CE 17 em Diretrizes para a Interpretação da Norma).	1	
ED-CE 18	ED-CE 18.1	Representantes dos trabalhadores e da gerência se reúnem para discutir como eles podem melhorar salários e produtividade de maneiras mutuamente benéficas, e gerar ideias para avançar em direção a "salários dignos" ao longo do tempo.	3	
ED-CE 19	ED-CE 19.1	Trabalhadores locais e migrantes, permanentes e sazonais recebem salários equivalentes e pagamento por horas extras sobre igual trabalho realizado.	0	
ED-CE 20	ED-CE 20.1	Onde trabalhadores recebem moradia, as condições e a infraestrutura da moradia asseguram saneamento adequado, segurança, ventilação, proteção razoável contra calor e frio, privacidade e segurança. O padrão da moradia está em conformidade com as leis nacionais e é fornecido a um custo razoável ou sem nenhum custo.	0	
	ED-CE 20.2	Extintores de incêndio são fornecidos e trabalhadores são treinados em como usá-los.	0	
ED-CE 21	ED-CE 21.1	Onde trabalhadores recebem moradia, existe uma política clara que define como os trabalhadores podem acessar a moradia.	1	
	ED-CE 21.2	Onde trabalhadores recebem moradia, um plano de trabalho está em vigor para monitorar a melhoria contínua das condições de moradia e para considerar uma compensação para aqueles que não recebem moradia.	1	
ED-CE 22	ED-CE 22.1	Onde os filhos dos trabalhadores moram na propriedade, a empresa e/ou PAM é responsável por fornecer acesso a creches.	1	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ED CE 23	ED-CE 23.1	Trabalhadores não são obrigados a usar as lojas ou serviços operados pelo empregador ou em conexão com a empresa. Onde o acesso a outras lojas ou serviços é limitado ou não é possível devido ao local, o empregador fornece mercadorias e serviços a preços justos e razoáveis.	0	
SR Responsabilidade Social				
ND Não-discriminação				
SR-ND 1	SR-ND 1.1	Não há nenhuma discriminação, particularmente com base em raça, cor, sexo, orientação sexual, deficiência, estado civil, obrigações familiares, idade, religião, opinião política, sindicato ou órgãos representativos de trabalhadores ou associação ao Comitê do Comércio Justo, nacionalidade ou origem social, ou qualquer outra condição que poderia ser motivo de discriminação em: recrutamento, promoção, acesso a treinamento, remuneração, alocação de trabalho, demissão, aposentadoria ou outras atividades.	0	M
SR-ND 2	SR-ND 2.1	A gerência não se envolve, apoia ou tolera o uso de punição corporal, coerção mental ou física, abuso verbal ou ameaças de abuso.	0	M
	SR-ND 2.2	Uma política por escrito e um procedimento disciplinar com o direito de apelar estão em vigor e são comunicados aos trabalhadores tanto verbalmente como por escrito.	0	
	SR-ND 2.3	Um sistema de monitoramento e registro está em vigor para prevenir práticas disciplinares inapropriadas.	3	
SR-ND 3	SR-ND 3.1	A gerência não se envolve, apoia ou tolera comportamento, incluindo gestos, linguagem e contato físico, que seja sexualmente intimidante, abusivo ou exploratório.	0	M
	SR-ND 3.2	Uma política escrita que claramente proíbe condutas indesejadas de natureza sexual está em vigor e é comunicada aos trabalhadores. A comunicação precisa ser tanto verbal (ex. durante o treinamento do Comércio Justo), quanto por escrito.	0	
	SR-ND 3.3	Um sistema de monitoramento e registro está em vigor para prevenir condutas indesejadas de natureza sexual.	3	
SR-ND 4	SR-ND 4.1	A gerência implementa uma política para assegurar que as necessidades de habilidades e desenvolvimento dos grupos desfavorecidos / minoritários (incluindo mulheres) sejam atingidas com treinamento e outros programas.	0	
	SR-ND 4.2	A gerência implementa uma política para garantir que <i>todos os</i> funcionários/trabalhadores sejam capazes de ganhar (mais) qualificações.	1	
SR-ND 5	SR-ND 5.1	O empregador designou um programa para assegurar que mulheres tenham oportunidades iguais na empresa.	0	
	SR-ND 5.2	Mulheres têm oportunidades iguais na empresa.	3	
	SR-ND 5.3	A empresa e/ou PAM desenhou um programa para assegurar que as mulheres tenham acesso igualitário aos benefícios do Comércio Justo.	0	
	SR-ND 5.4	Mulheres têm acesso igual aos benefícios do Comércio Justo incluindo, mas não limitado, às receitas e treinamentos do Comércio Justo.	3	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
FL Livre do Trabalho Forçado e Tráfico Humano				
SR-FL 1	SR-FL 1.1	Não há nenhum tipo de trabalho forçado, incluindo trabalho escravo, substituição de contrato, empréstimos com taxas de juros excessivas, confisco de passaporte, ou quaisquer restrições na liberdade de movimento.	0	M
	SR-FL 1.2	A cobrança de taxas de recrutamento para emprego e migração é proibida, tanto interna como além da fronteira.	0	
SR-FL 2	SR-FL 2.1	O emprego de um trabalhador não está condicionado ao emprego de seus cônjuges. Cônjuges não são requeridos a trabalhar.	0	
PC Proteção de Crianças e Jovens				
SR-PC 1	SR-PC 1.1	Crianças menores de 15 anos de idade (ou menores que a idade de trabalho definida pela lei nacional, se maior) não são contratadas, nem têm permissão para trabalhar com seus pais.	0	M
	SR-PC 1.2	Políticas e procedimentos estão em vigor para assegurar que crianças menores de 15 anos de idade (ou menores que a idade de trabalho definida pela lei nacional, se maior) não sejam contratadas ou autorizadas a entrar nas áreas de produção. Deve ser mantida documentação de todos os trabalhadores legalmente classificados como menores, incluindo: Nome; Data de Nascimento; Endereço; e carta de permissão autorizando o menor a trabalhar, assinada pelos pais ou tutor legal.	0	
	SR-PC 1.3	Onde crianças menores de 15 anos de idade (ou menores que a idade de trabalho definida pela lei nacional, se maior) foram empregadas no passado, ou forem encontradas trabalhando, o empregador colocou em vigor uma política de remediação para assegurar que as crianças não entrem em formas piores de trabalho. Onde crianças menores de 15 anos de idade (ou menores que a idade de trabalho definida pela lei nacional, se maior) foram empregadas no passado, ou ainda forem encontradas trabalhando, o empregador possui um registro de todos os trabalhadores com menos de 15 anos de idade indicando sua idade e seu trabalho, e a política de remediação relevante está em vigor.	0	
SR-PC 2	SR-PC 2.1	Se os filhos dos proprietários rurais ajudam seus parentes no trabalho de campo depois da escola ou durante as férias, deve-se garantir que o trabalho é apropriado para a sua idade, que o trabalho não prejudica o desenvolvimento social, moral ou físico da criança e que não constitui um perigo para a saúde da criança; que elas não trabalham longas horas e/ou sob condições perigosas e exploratórias, e suas famílias fornecem supervisão e orientação. Os filhos dos empregados pela empresa não podem trabalhar na propriedade ou PAM.	0	
SR-PC 3	SR-PC 3.1	O empregador assegura que o trabalho não prejudica a educação ou o desenvolvimento social, moral ou físico de jovens com menos de 18 anos (ou a idade de maioridade legal como definida por lei nacional, se maior).	0	
SR-PC 4	SR-PC 4.1	O empregador assegura que trabalhadores admitidos para trabalhar, que por sua natureza ou circunstâncias sob as quais seja realizado (ex. manuseio de químicos, trabalho em turno noturno) pode prejudicar sua saúde, segurança, desenvolvimento ou moral de jovens, tenham pelo menos 18 anos de idade (ou a idade de maioridade legal definida por lei nacional, se maior).	0	
FA Liberdade de Associação				
SR-FA 1	SR-FA 1.1	O empregador reconhece por escrito (e faz saber aos empregados), e na prática, o direito de todos os empregados de estabelecer ou se associar a uma organização de trabalhadores independente de sua própria escolha, que seja livre da interferência do empregador, e o direito à negociação coletiva.	0	M

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
SR-FA 2	SR-FA 2.1	Nem trabalhadores e nem seus representantes são discriminados ou sofrem outra repercussão por exercerem livremente os seus direitos de se organizar ou por sua- associação ou participação em atividades legais em suas organizações de trabalhadores.	0	M
	SR-FA 2.2	O empregador mantém registros para todos os casos de demissões de membros do sindicato ou de comitê dos trabalhadores, e de membros do Comitê do Comércio Justo.	0	
	SR-FA 2.3	O empregador mantém um registro de todos os contratos terminados com detalhes sobre circunstâncias/razões para o término.	3	
SR-FA 3	SR-FA 3.1	A gerência não realiza nenhuma atividade que interfira no direito de liberdade de associação através do controle ou obstrução das organizações dos trabalhadores.	0	M
SR-FA 4	SR-FA 4.1	Sem interferência, a gerência permite que trabalhadores realizem reuniões e se organizem durante o horário de trabalho.	0	
	SR-FA 4.2	A gerência reconhece o direito dos trabalhadores de se reunir para discutir reclamações sobre o ambiente de trabalho sem medo de represália ou outras consequências negativas.	0	
SR-FA 5	SR-FA 5.1	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : um cronograma de reuniões regulares entre representantes dos trabalhadores está em vigor e aprovada pela gerência.	0	
	SR-FA 5.2	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : a gerência fornece os horários de trabalho (sem reduções ou pagamentos exigidos) mediante solicitação e dentro de limites razoáveis aos representantes para conduzirem reuniões entre eles pelo menos uma vez por mês.	0	
	SR-FA 5.3	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : a gerência fornece instalações e recursos mediante solicitação para os representantes de trabalhadores realizarem reuniões entre eles.	3	
SR-FA 6	SR-FA 6.1	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : Reuniões entre gerência sênior e representantes da organização dos trabalhadores são realizadas regularmente (pelo menos a cada trimestre). Trabalhadores e gerência sênior devem trabalhar em direção a ter um cronograma estabelecido de reuniões.	0	
	SR-FA 6.2	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : os resultados destas reuniões são documentados e compartilhados com os trabalhadores por seus representantes.	0	
SR-FA 7	SR-FA 7.1	A gerência assegura que todos os trabalhadores recebam informação de uma fonte independente sobre seu direito de liberdade de associação e as opções disponíveis para organizações de trabalhadores.	0	
SR-FA 8	SR-FA 8.1	Em países onde existe um Acordo de Negociação Coletiva (ANC) para o setor, o empregador atende ou excede as condições de trabalho conforme o acordo. Onde não existe nenhum ANC, o empregador excede os requerimentos legais e da indústria.	3	
SR-FA 9	SR-FA 9.1	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : Empregados, trabalhadores e equipe gerencial são treinados para melhorar a representação e a participação dos trabalhadores.	3	
	SR-FA 9.2	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : A gerência fornece horário de trabalho (sem deduções ou pagamentos requeridos) mediante solicitação e dentro dos limites razoáveis para que essas atividades de treinamento sejam realizadas.	3	
	SR-FA 9.3	<i>Aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa</i> : A gerência fornece instalações apropriadas e recursos, mediante solicitação, para que estas atividades de treinamento sejam realizadas (aplicável onde existe uma organização de trabalhadores ativa).	3	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
OH Saúde e Segurança Ocupacional				
SR-OH 1	SR-OH 1.1	O empregador implementou uma política de saúde e segurança (S&S) por escrito objetivando identificar e minimizar os riscos ocupacionais dos trabalhadores.	0	
	SR-OH 1.2	A política de S&S é baseada em uma avaliação de risco documentada.	0	
	SR-OH 1.3	A avaliação de risco inicial de S&S é revisada todo ano. Baseado nos resultados da avaliação de riscos de S&S, a política escrita de S&S é revisada.	1	
	SR-OH 1.4	Locais de trabalho, maquinário, equipamento e transporte dos trabalhadores são equipados com dispositivos de segurança adequados, e são seguros.	0	
	SR-OH 1.5	Um sistema de manutenção e reparo é colocado em vigor para assegurar um ambiente seguro, limpo e higiênico em todos os momentos.	3	
	SR-OH 1.6	Equipamento de Proteção Individual (EPI) é fornecido aos trabalhadores conforme apropriado às suas tarefas e sem custo. Trabalhadores são instruídos e monitorados em seu uso apropriado.	0	
	SR-OH 1.7	Todos os trabalhadores recebem os uniformes necessários conforme apropriados às suas tarefas e sem custo. Estas roupas de trabalho são trocadas regularmente.	0	
SR-OH 2	SR-OH 2.1	Um trabalhador é nomeado como Oficial de Saúde e Segurança, a pessoa é encarregada dos assuntos de saúde e segurança ocupacional. Para organizações multi locais ou propriedades múltiplas, um trabalhador é nomeado em cada propriedade individual.	0	
SR-OH 3	SR-OH 3.1	A empresa designou um Oficial Médico que mantém registros completos e atualizados das doenças, acidentes, primeiros socorros e outros serviços de saúde fornecidos, e ações tomadas para melhoria. Este oficial pode ter outras responsabilidades na empresa (ex. RH).	0	
	SR-OH 3.2	O Oficial Médico é responsável por garantir que a empresa cumpra com a lei nacional com relação ao fornecimento de assistência médica, bem como instalações de primeiros socorros e registros de trabalhadores.	0	
SR-OH 4	SR-OH 4.1	Os trabalhadores (incluindo trabalhadores novos e recontratados) e seus representantes são treinados anualmente nos requisitos básicos de saúde e segurança ocupacional, proteção de saúde relevante e primeiros socorros.	0	
	SR-OH 4.2	Medidas especiais estão em vigor na política de Saúde & Segurança para identificar e evitar riscos de saúde recorrentes para trabalhadores vulneráveis operando em áreas de alto risco.	0	
SR-OH 5	SR-OH 5.1	Treinamento sazonal para trabalhadores envolvidos em trabalhos potencialmente perigosos é fornecido, e os trabalhadores são informados dos riscos específicos à saúde mental, reprodutiva ou neurológica.	0	
	SR-OH 5.2	Áreas de riscos e perigos potenciais são claramente identificadas por sinais de aviso em todas as linguagens relevantes, incluindo pictogramas.	0	
	SR-OH 5.3	Instruções e procedimentos de segurança <i>por escrito</i> incluem detalhes relacionados a prevenção e resposta a acidentes, incluindo pictogramas onde for apropriado, e são prontamente disponíveis e postados aos trabalhadores nos seus locais de trabalho.	0	
SR-OH 6	SR-OH 6.1	A empresa fornece instalações de primeiros socorros, equipamento e pessoal treinado em primeiros socorros para atender a todas as situações de emergência de primeiros socorros razoavelmente previsíveis. Equipamentos e pessoal treinado (pode ser trabalhadores treinados) estão disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana se se existir alojamentos de trabalhadores na propriedade rural. Para organizações multi locais ou propriedades múltiplas, isto é feito em cada propriedade individual.	0	
	SR-OH 6.2	Registros de todos os acidentes e respostas de primeiro socorros relacionadas são mantidos.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
SR-OH 7	SR-OH 7.1	O empregador fornece assistência médica para todos os acidentes e doenças de trabalho e paga pela recuperação de quaisquer doenças ou acidentes relacionados ao trabalho, assim como salários perdidos durante o tempo de	0	
SR-OH 8	SR-OH 8.1	Água potável é claramente rotulada e está facilmente acessível para todos os trabalhadores durante seu período de trabalho.	0	
	SR-OH 8.2	Água de beber é analisada pelo menos a cada seis meses quando a pureza da água tenha sido identificada como um	0	
	SR-OH 8.3	Instalações sanitárias são fornecidas separadamente para homens e mulheres (sanitários, lavatórios e onde necessário para aqueles aplicando agroquímicos ou para trabalhadores que morem nas propriedades rurais, chuveiros), e são proporcionais ao número de trabalhadores (proporção mínima 1:25).	1	
	SR-OH 8.4	As instalações sanitárias são limpas e lavatórios para as mãos estão próximos das instalações sanitárias.	0	
SR-OH 9	SR-OH 9.1	Todos os locais de trabalho fechados têm iluminação suficiente, aquecimento e ventilação para que o trabalho seja realizado no contexto das condições climáticas locais.	0	
SR-OH 10	SR-OH 10.1	Saídas de incêndio, rotas de evacuação, equipamentos de combate a incêndios e alarmes de incêndio são providenciados para todos os prédios na propriedade rural.	0	
	SR-OH 10.2	Rotas de evacuação em todos os prédios na propriedade rural são marcadas e desobstruídas, permitindo a saída segura durante emergências. As portas de saída não são trancadas quando os trabalhadores estiverem dentro e trabalhadores tem permissão de se removerem de situações perigosas.	0	
	SR-OH 10.3	Novos trabalhadores recebem um treinamento inicial e todos os outros trabalhadores recebem pelo menos treinamentos anuais em procedimentos de evacuação pertinentes a suas áreas de trabalho. Os residentes dos alojamentos de trabalhadores e crianças na creche ou escola localizadas na propriedade rural também recebem treinamentos em evacuação.	0	
SR-OH 11	SR-OH 11.1	Equipamentos elétricos, fiações e tomadas são posicionados, aterrados e inspecionados regularmente por um profissional para evitar sobrecarga e vazamento.	0	
SR-OH 12	SR-OH 12.1	Pessoas menores de 18 anos de idade, pessoas com necessidades especiais, pessoas com condições mentais incapacitantes; pessoas com doenças crônicas, hepáticas ou renais, pessoas com doenças respiratórias, gestantes e mães que amamentam somente realizam trabalhos que sejam apropriados para sua capacidade física e que não impliquem um perigo para a saúde.	0	
SR-OH 13	SR-OH 13.1	Trabalhadores manuseando químicos perigosos recebem equipamentos de proteção individual adequados sem custos.	0	
	SR-OH 13.2	O empregador garante que o equipamento de proteção individual seja usado.	0	
	SR-OH 13.3	Os trabalhadores não levam o equipamento de proteção individual (ex. luvas, roupas, máscaras) para suas casas.	0	
	SR-OH 13.4	Treinamento sobre como usar o equipamento de proteção individual e os riscos associados a materiais perigosos é fornecido pelo menos uma vez ao ano.	0	
SR-OH 14	SR-OH 14.1	Trabalhadores manuseando quaisquer químicos potencialmente perigosos recebem exames médicos gratuitos regularmente por um médico de sua escolha (de acordo com os riscos e níveis de exposição). Para trabalhadores expostos a organofosfatos e carbamates, exames de colinesterase devem ser realizados a cada seis meses ou conforme o estipulado por lei, qual seja o mais frequente.	0	
	SR-OH 14.2	Trabalhadores são informados sobre os resultados confidencialmente.	0	
	SR-OH 14.3	Os resultados são analisados e um plano de remediação é colocado em prática se problemas são detectados.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
SR-OH 15	SR-OH 15.1	Químicos perigosos são armazenados em um cômodo separado, seguro e trancado, e emitidos por uma pessoa qualificada.	0	
	SR-OH 15.2	A dosagem e mistura de pesticidas e químicos são realizadas em um cômodo ou área separado e bem ventilado e derramamentos são coletados e descartados apropriadamente.	0	
	SR-OH 15.3	Químicos derramados são coletados em uma embalagem separada, descartados de acordo com as regulamentações da empresa (e do PAM, se aplicável) e lei nacional, e não descartados em cursos d'água abertos ou esgotos.	0	
	SR-OH 15.4	Trabalhadores que manuseiam agroquímicos são inteiramente treinados pelo menos sazonalmente, por uma instituição ou especialista reconhecidos.	0	
	SR-OH 15.5	Um esquema de rotação de trabalho está em prática para trabalhadores manuseando químicos, dependendo da exposição.	0	
	SR-OH 15.6	Filtros respiradores são trocados regularmente, e trabalhadores realizam fit testes do respirador regularmente para ter certeza que o EPI está ajustado e funcionando corretamente.	0	
SR-OH 16	SR-OH 16.1	Qualquer operação de pulverização é feita de uma maneira segura, e está em conformidade com as instruções do usuário.		
	SR-OH 16.2	Existem instalações para enxaguar o equipamento e uniformes após pulverização e antes de retirar a roupa. É exigido dos trabalhadores que usem as instalações.	0	
	SR-OH 16.3	Existem instalações para trabalhadores tomarem banho após a pulverização. É exigido dos trabalhadores que usem as instalações.	0	
	SR-OH 16.4	Equipamento de pulverização adequado apropriadamente calibrado é usado para a aplicação de pesticidas e recebe manutenção e limpeza regular depois de cada aplicação.	0	
SR-OH 17	SR-OH 17.1	Após a pulverização de pesticidas na área de produção, intervalos mínimos de reentrada, como especificados nas instruções do usuário são estipulados e estritamente seguidos.	0	
SR-OH 18	SR-OH 18.1	Um programa de treinamento está em vigor, durante as horas de trabalho, para os trabalhadores e seus representantes para melhorar as capacidades e a conscientização sobre saúde e segurança ocupacional e proteção relevante à saúde.	3	
	SR-OH 18.2	As atividades de treinamento são registradas de acordo com os requerimentos do requerimento da norma SR-OH 18	3	
SR-OH 19	SR-OH 19.1	Um Comitê de S&S ocupacional com representantes dos trabalhadores está em vigor.	1	
	SR-OH 19.2	O Comitê de S&S identificou assuntos potenciais de S&S e desenvolveu maneiras de trata-los.	1	
	SR-OH 19.3	O Comitê de Saúde e Segurança está ciente dos requerimentos desta norma e informa a gerência se nem todos os critérios são cumpridos com possíveis soluções.	1	
	SR-OH 19.4	O Comitê de S&S é ativo na comunicação com os trabalhadores sobre assuntos de S&S e está fazendo sugestões para melhorias ao oficial de S&S.	1	
SR-OH 20	SR-OH 20.1	Todos os trabalhadores são medicamente examinados por um médico de sua escolha.	1	
	SR-OH 20.2	Registros de saúde individuais são guardados para os trabalhadores, e os trabalhadores são conscientizados que tais registros existem. Os registros são mantidos confidenciais da gerência.	1	
SR-OH 21	SR-OH 21.1	Existe uma área dedicada com instalações separadas para homens e mulheres no local de trabalho para trocar de roupa e para lavar equipamentos de proteção individual para pulverização.	3	
	SR-OH 21.2	Existe uma área dedicada para a lavagem de equipamentos que são usados para a aplicação de agroquímicos.	3	
SR-OH 22	SR-OH 22.1	<i>Aplicável onde trabalhadores forem requeridos a trocar de roupa e/ou utilizar uniforme:</i> Existem vestiários separados para homens e mulheres.	0	
	SR-OH 22.2	Instalações com armários com cadeados são fornecidos a todos os trabalhadores.	6	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
SR-OH 23	SR-OH 23.1	Instalações de descanso separadas para trabalhadores homens e mulheres são fornecidas se necessário, ou se solicitado pelos trabalhadores.	6	
	SR-OH 23.2	Uma cantina com instalações para cozinhar é fornecida para todos os trabalhadores se considerado necessário e solicitado pelos trabalhadores.	6	
SR-OH 24	SR-OH 24.1	O Oficial Médico e o(s) Oficial(is) de Saúde e Segurança trabalham juntos para preparar o plano de trabalho e/ou relatório anual, que é aprovado pela gerência.	1	
	SR-OH 24.2	O plano de trabalho inclui uma avaliação da cobertura da assistência médica para todos os trabalhadores e recomendações para melhorá-la.	1	
	SR-OH 24.3	A implementação do plano de trabalho é monitorada pelo Comitê de S&S.	3	
	SR-OH 24.4	A contribuição dos representantes de trabalhadores e do comitê de S&S no plano de trabalho é aumentada.	6	
ES Gestão Ambiental				
MS Sistemas de Monitoramento				
ES-MS 1	ES-MS 1.1	A empresa e/ou PAM designa um indivíduo autorizado a gerenciar a implementação e cumprimento com as normas ambientais do Comércio Justo. Este indivíduo se reporta diretamente aos executivos da empresa / MAP.	1	
	ES-MS 1.2	As responsabilidades desta(s) pessoa(s) são claras e documentadas.	1	
	ES-MS 1.3	O Plano de Implementação do Comércio Justo contém detalhes de como cumprir os requerimentos ambientais desta norma.	1	
ES-MS 2	ES-MS 2.1	Um plano de treinamento foi desenvolvido para aumentar a conscientização entre os trabalhadores em relação a esta seção da norma (Responsabilidade Ambiental).	0	
	ES-MS 2.2	O plano de treinamento para aumentar a conscientização entre os trabalhadores em relação a esta seção da norma (Responsabilidade Ambiental) foi implementado.	1	
ES-MS 3	ES-MS 3.1	Áreas protegidas são conhecidas pela empresa (PAM e cada membro afetado) e são claramente identificadas em mapas e/ou por outras claras descrições.	0	
	ES-MS 3.2	Material de plantio para produtos certificados não foi coletado de áreas protegidas ou propagado contra a legislação. (Permissões especiais estão disponíveis para casos especiais).	0	
ES-MS 4	ES-MS 4.1	Não há quaisquer novas plantações em áreas de floresta natural.	1	
	ES-MS 4.2	Áreas de alto valor ecológico são identificadas em mapas e/ou por outras claras descrições.	1	
	ES-MS 4.3	Existe uma política em vigor, abordando a proibição de novas plantações em áreas de floresta natural.	1	
ES-MS 5	ES-MS 5.1	A empresa mantém registros que incluem o uso do terreno, rotação de culturas e uso de agroquímicos.	0	
	ES-MS 5.2	Para sistemas perenes, o gerenciamento de cobertura de solos perenes (por ex. solo do pomar ou similar) é realizado de forma que proteja o solo, construa a fertilidade, e de outra maneira conserve as fontes naturais e a biodiversidade.	3	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
IPM Manejo Integrado de Pragas				
ES-IPM 1	ES-IPM 1.1	A empresa e/ou PAM possui acesso e recebeu a orientação de um especialista em estratégia de Manejo Integrado de Pragas (MIP).	0	
ES-IPM 2	ES-IPM 2.1	A operação pesquisou e implementou pelo menos uma técnica de controle de pragas (ex.: controles biológicos) para reduzir a dependência sobre a aplicação de pesticidas e resistência por parte de pragas.	1	
ES-IPM 3	ES-IPM 3.1	As pragas e doenças da lavoura do Comércio Justo são monitoradas.	0	
	ES-IPM 3.2	A empresa e/ou PAM estabeleceu um limite econômico para além do qual a necessidade de usar pesticidas químicos é justificada.	1	
	ES-IPM 3.3	O aumento de resistência a pesticidas é evitado através de medidas adequadas.	1	
AC Agroquímicos				
ES-AC 1	ES-AC 1.1	Materiais da Lista Vermelha na Lista de Materiais Proibidos da Fair Trade USA (ver anexo 1) não são usados nos cultivos do Comércio Justo.	0	M
	ES-AC1.2	<i>Aplicável onde um local de produção tem concedida uma Permissão Temporária para usar um Material Proibido ou Restrito:</i> O uso excepcional de um material na Lista Vermelha da Lista de Materiais Proibidos da FTUSA foi concedido pelo órgão de certificação. Documentos de apoio (plano de eliminação, opinião de um especialista suportando o uso do material proibido) estão disponíveis no local (se aplicável).	0	
	ES-AC 1.3	<i>Aplicável onde um local de produção tem concedida uma Permissão Temporária para usar um Material Proibido ou Restrito:</i> O plano de eliminação aprovado é implementado e medidas são acompanhadas a fim de minimizar e finalmente substituir o material proibido (se aplicável).	0	
	ES-AC 1.4	<i>Aplicável onde um local de produção tem concedida uma Permissão Temporária para usar um Material Proibido ou Restrito:</i> Mais condições de Saúde & Segurança são implementadas de acordo com o plano de eliminação aprovado (se aplicável).	0	
	ES-AC 1.5	<i>Aplicável onde um local de produção tem concedida uma Permissão Temporária para usar um Material Proibido ou Restrito:</i> Medidas foram implementadas de acordo com o plano de eliminação do(s) material/is proibido(s) de forma que o material proibido esteja sendo eliminado com sucesso.	0	
ES-AC 2	ES-AC 2.1	A decisão de usar herbicidas é baseada na presença de ervas daninhas e uma falta de métodos alternativos de controle de pragas.	0	
	ES-AC 2.2	Se utilizados, os herbicidas são apenas um elemento de uma estratégia integrada contra as ervas daninhas, e só são utilizados em aplicações localizadas.	0	
ES-AC 3	ES-AC 3.1	Todos os empregados, incluindo os que não manejam diretamente os pesticidas ou outros químicos perigosos, estão cientes dos riscos associados a estes materiais.	0	
ES-AC 4	ES-AC 4.1	Pesticidas ou outros químicos perigosos não são aplicados perto de áreas de atividade humana diária (ex.: habitação, refeitórios, escritórios, armazéns).	0	
	ES-AC 4.2	Uma zona tampão de pelo menos 10 metros é mantida a menos que haja uma barreira que reduza a dispersão de pesticidas.	0	
ES-AC 5	ES-AC 5.1	Há informação disponível e conhecida pela gerência relacionada ao modo de ação, dosagens e toxicidade dos agroquímicos.	0	
	ES-AC 5.2	Medidas estão estabelecidas para evitar o aumento de resistência aos agroquímicos por meio de uma produção adequada e técnicas de dosagem e seleção de variedades apropriadas de plantas.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ES-AC 6	ES-AC 6.1	Existe um sistema em vigor para otimizar o tempo e o tipo de aplicação(ões) de químicos.	0	
	ES-AC 6.2	A empresa e/ou PAM monitora as quantidades de químicos usados e pode provar que as quantidades têm sido minimizadas.	3	
	ES-AC 6.3	A empresa e/ou PAM monitora o tipo de químicos usados e pode provar que químicos menos tóxicos são usados ao longo do tempo para provar que a ameaça de exposição para humanos ou animais e danos ambientais têm sido minimizados.	6	
ES-AC 7	ES-AC 7.1	Medidas estão estabelecidas para assegurar que a empresa ou um subcontratado não está pulverizando agroquímicos por via aérea sobre áreas sensíveis.	0	
	ES-AC 7.2	Pulverização aérea é realizada apenas para a aplicação de fungicidas, e somente onde não existe uma alternativa praticável.	0	
	ES-AC 7.3	Áreas sensíveis são apropriadamente identificadas em mapas e claramente comunicadas aos pilotos.	0	
ES-AC 8	ES-AC 8.1	Todos os agroquímicos potencialmente usados, manuseados ou armazenados são identificados pela empresa e/ou PAM.	0	
	ES-AC 8.2	Treinamentos iniciais sobre o uso correto, manuseio e armazenamento de agroquímicos são conduzidos para todos os trabalhadores que aplicam agroquímicos.	0	
	ES-AC 8.3	Um procedimento para identificar e lidar com riscos de saúde & segurança de agroquímicos está em vigor. Isto deve ser parte da avaliação de riscos requerida pela SR-OH 1.	3	
	ES-AC 8.4	No Plano de Implementação do Comércio Justo, a empresa (ou PAM, no caso de propriedades múltiplas) fornece prazos e medidas específicos para implementar um sistema de educação e controle no manuseio apropriado de agroquímicos.	1	
	ES-AC 8.5	Os armazéns de agroquímicos são trancados e acessíveis apenas a pessoas designadas e treinadas.	0	
	ES-AC 8.6	A reutilização de sacos e embalagens de agroquímicos é controlada e restrita pela empresa (cada membro individual do PAM, no caso de propriedades múltiplas) e é assegurado que não possam ser usadas para armazenamento/transporte de alimentos e produtos.	0	
	ES-AC 8.7	Com o sistema de controle e educação para os trabalhadores no manuseio apropriado de agroquímicos, a empresa e/ou PAM assegura que: - agroquímicos sejam aplicados apenas por trabalhadores treinados - todos os trabalhadores aplicando agroquímicos participam do sistema de educação e controle - trabalhadores aplicando agroquímicos são designados para usar e manusear agroquímicos	3	
ES-AC 9	ES-AC9.1	A empresa possui informações atualizadas sobre todos os agroquímicos que são usados nos cultivos para os quais eles são especificamente rotulados e/ou registrados no país do produtor, pragas ou problemas alvo, escolhas alternativas, nomes comerciais e nomes genéricos.	0	
	ES-AC 9.2	Agroquímicos são usados apenas para os cultivos a que se destinam.	0	
ES-AC 10	ES-AC 10.1	Procedimentos e/ou políticas estão em vigor para sinalizar áreas onde pesticidas são aplicados.	0	
	ES-AC 10.2	Todas as áreas onde pesticidas são aplicados são sinalizadas. Sinais de alerta com relação à reentrada são postados nos idiomas relevantes e explicados em pictogramas.	0	
	ES-AC 10.3	As sinalizações são entendidas pelos trabalhadores.	0	
	ES-AC 10.4	Processos de monitoramento e melhoria da efetividade da sinalização estão em vigor, envolvendo partes interessadas chave (trabalhadores, vizinhos, membros da comunidade).	3	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ES-AC 11	ES-AC 11.1	Áreas de preparação de químicos são equipadas para lidar efetivamente com derramamentos e outras formas incorretas de uso.	0	
	ES-AC 11.2	Apenas pessoal treinado e autorizado está envolvido na preparação de químicos.	0	
	ES-AC11.3	A empresa (e/ou PAM) monitora e registra infortúnios significativos.	0	
	ES-AC11.4	A empresa implementou medidas para reduzir infortúnios e/ou ações de remediação.	3	
ES-AC 12	ES-AC 12.1	Áreas de armazenamento e descarte estão em bom estado para prevenir a contaminação do solo e da água (sem quebras ou rachaduras).	0	
	ES-AC 12.2	O Plano de Implementação do Comércio Justo contém medidas específicas para a implementação de um programa de gestão de resíduos sobre armazenamento e descarte de todos os agroquímicos e suas embalagens.	0	
	ES-AC 12.3	O programa de gestão de resíduos está em vigor, definindo os procedimentos da empresa (cada membro individual do PAM, no caso de propriedades múltiplas) para armazenamento e descarte de todos os agroquímicos e suas embalagens, assim como o controle e registro do processo.	3	
	ES-AC 12.4	Todos os trabalhadores relevantes estão cientes das áreas de descarte e das opções apropriadas de descarte para embalagens usadas ou sobras de materiais que não são mais usados.	0	
ES-AC 13	ES-AC 13.1	Todos os produtos e embalagens estão claramente rotulados sobre quais são os conteúdos, precauções necessárias, e finalidades (de preferência na embalagem original quando praticável).	0	
ES-AC 14	ES-AC 14.1	Um sistema de registro para todas as operações com agroquímicos comprados, usados, descartados e atualmente em estoque está em vigor.	0	
HF Manuseio de Fertilizantes				
ES-HF 1	ES-HF 1.1	Fertilizantes (orgânicos e inorgânicos) são aplicados em quantidades que correspondem às necessidades de nutrientes do cultivo.	0	
ES-HF 2	ES-HF 2.1	Fertilizantes (orgânicos e inorgânicos) são armazenados de uma maneira que minimize o risco de poluição da água.	0	
	ES-HF 2.2	Fertilizantes (orgânicos e inorgânicos) são armazenados separadamente dos pesticidas, a não ser que os rótulos permitam o armazenamento misturado.	0	
WM Gestão de Resíduos				
ES-WM 1	ES-WM 1.1	Todos os materiais residuais perigosos não agroquímicos são identificados e descartados de uma maneira segura, e a pelo menos 200 metros de todos os corpos de água permanentes.	0	
	ES-WM 1.2	O Plano de Implementação do Comércio Justo contém medidas específicas para implementação de um programa de gestão de resíduos sobre o descarte apropriado de materiais residuais perigosos não-agroquímicos para minimizar a poluição e riscos à saúde associados.	1	
	ES-WM 1.3	O programa de gestão de resíduos está em vigor, definindo os procedimentos de cada local para descartar materiais residuais perigosos não-agroquímicos, assim como o controle e registro do processo.	3	
	ES-WM 1.4	O pessoal é treinado e está ciente dos materiais identificados como "perigosos", seus impactos e o procedimento correto de descarte.	3	
ES-WM 2	ES-WM 2.1	Agroquímicos não utilizados são retornados ao fornecedor, se possível.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ES-WM 3	ES-WM 3.1	Formas sustentáveis de uso dos resíduos orgânicos foram exploradas pela empresa e medidas cabíveis foram implementadas.	0	
	ES-WM 3.2	O Plano de Implementação do Comércio Justo contém medidas específicas para a implementação de um programa de gestão de resíduos para resíduos orgânicos com o objetivo de assegurar o uso de resíduos e o descarte seguro e sustentável.	1	
	ES-WM 3.3	O programa de gestão de resíduos está em vigor, definindo os procedimentos de cada local para o uso de resíduo orgânico de uma forma sustentável.	3	
	ES-WM 3.4	O pessoal é treinado e é capaz de aplicar técnicas apropriadas de manuseio de resíduos orgânicos para assegurar que os mesmos não sejam uma ameaça à segurança alimentar, água ou qualidade do solo.	3	
SW Solo e Água				
ES-SW 1	ES-SW 1.1	A empresa e/ou PAM monitora todas as partes de terra envolvidas na produção do Comércio Justo e implementou um procedimento para tratar, avaliar, reduzir e/ou prevenir erosão do solo. Todos os riscos existentes e potenciais são identificados e monitorados.	0	
	ES-SW 1.2	Possíveis causas de erosão são avaliadas em qualquer terreno ou fontes de água afetados, envolvidos na produção de produtos do Comércio Justo.	0	
ES-SW 2	ES-SW 2.1	O Plano de Implementação do Comércio Justo inclui procedimentos para medir e melhorar a fertilidade e a estrutura do solo.	1	
	ES-SW 2.2	A empresa e/ou PAM designa uma pessoa ou grupo de pessoas com o conhecimento apropriado e especialidade em agronomia para avaliar campos e práticas, e com autoridade para recomendar ou impor condições de melhoria conforme for apropriado em cada situação.	0	
	ES-SW 2.3	As responsabilidades desta(s) pessoa(s) são aprovadas e documentadas.	0	
	ES-SW 2.4	Um plano de fertilidade do solo tem sido desenvolvido e implementado, o qual inclui áreas como técnicas tradicionais, rotação de culturas, construção do solo / fertilização, técnicas de cultivo, uso da água, etc.)	3	
ES-SW 3	ES-SW 3.1	A empresa e/ou PAM identificou áreas onde cobertura do solo é necessária.	3	
	ES-SW 3.2	Existe um plano por escrito e um prazo para implementar cobertura do solo nas áreas identificadas.	3	
ES-SW 4	ES-SW 4.1	A empresa e/ou PAM preparou um plano de monitoramento para controlar a qualidade da água de todas as descargas de águas residuais e seu impacto na qualidade da água, saúde e estrutura do solo ou segurança alimentar.	0	
	ES-SW 4.2	Resultados do monitoramento acima dos níveis básicos estabelecidos são registrados, avaliados e medidas corretivas são iniciadas ou melhorias técnicas são planejadas.	3	
	ES-SW 4.3	Medidas corretivas relacionadas à instalação de filtragem de água ou outros sistemas de tratamento foram implementadas para atender aos níveis básicos estabelecidos para a qualidade da água.	6	
	ES-SW 4.4	Águas residuais são manejadas de acordo com os níveis básicos estabelecidos para a qualidade de água residual.	6	
	ES-SW 4.5	Existem consultas com comunidades vizinhas e com autoridades locais e ambientais em relação à qualidade da água residual e poluição onde possível.	6	
	ES-SW 4.6	Medidas foram tomadas para assegurar que águas residuais descartadas não poluam a água que poderia ser usada como parte de um suprimento de água humano ou animal.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ES-SW 4	ES-SW 4.7	Medidas estão estabelecidas para assegurar que águas residuais descartadas não contaminem o solo ou cultivos para colheita com - químicos - seus subprodutos - nutrientes excessivos - micróbios patogênicos	0	
	ES-SW 4.8	Medidas estão estabelecidas com relação ao manejo apropriado de esterco animal próximo a corpos ou fluxos de água.	0	
ES-SW 5	ES-SW 5.1	Águas de esgoto não tratado não são utilizadas para irrigação.	0	
ES-SW 6	ES-SW 6.1	A empresa e/ou PAM avaliou os possíveis riscos à saúde da água de irrigação.	0	
	ES-SW 6.2	Se riscos tiverem sido identificados, uma análise da água de irrigação é feita, e a empresa adota medidas de acordo com os resultados da análise.	1	
	ES-SW 6.3	Onde risco significativo for identificado, uma avaliação deve ser realizada por uma terceira parte independente.	1	
ES-SW 7	ES-SW 7.1	A empresa (cada membro individual do PAM, no caso de propriedades múltiplas) é capaz de explicar corretamente de onde vem a água utilizada na irrigação.	0	
	ES-SW 7.2	Um inventário das fontes de água (ex.: mapas, esboços ilustrando sua localização) está disponível.	0	
ES-SW 8	ES-SW 8.1	Os volumes de água extraídos das fontes são medidos e registrados, incluindo os volumes que são efetivamente utilizados para irrigação e processamento.	0	
	ES-SW 8.2	O sistema de distribuição de água passa por manutenção para evitar o desperdício de água.	0	
	ES-SW 8.3	Procedimentos têm sido implementados para fazer uso eficiente e racional das fontes de água.	3	
ES-SW 9	ES-SW 9.1	A empresa e/ou PAM conduziu uma avaliação para identificar os riscos relacionados às fontes de água local (por exemplo, se as fontes de água estão se esgotando, em situação crítica, ou sob pressão excessiva).	3	
	ES-SW 9.2	Onde as fontes de água estão se esgotando, em situação crítica ou sob pressão excessiva, a empresa e/ou PAM se engajou em um diálogo com as autoridades ou iniciativas locais existentes, a fim de identificar possíveis formas de envolvimento na investigação ou resolução de problemas.	6	
ES-SW 10	ES-SW 10.1	A empresa (cada membro individual do PAM, no caso de propriedades múltiplas) utiliza as melhores tecnologias de irrigação e processamento disponíveis, a fim de otimizar o uso da água.	6	
GM Organismos Geneticamente Modificados				
ES-GM 1	ES-GM 1.1	A empresa (cada membro individual do PAM, no caso de propriedades múltiplas) não usa sementes geneticamente modificadas ou plantas para arborização nos cultivos do Comércio Justo.	0	M
	ES-GM 1.2	A origem das sementes e das plantas para arborização, os quais são comuns como sendo OGM na região, é rastreada para garantir que não são OGM.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
BD Biodiversidade				
ES-BD 1	ES-BD 1.1	A operação (o PAM e todos os seus membros, no caso de propriedades múltiplas) não gera nenhum impacto negativo em áreas protegidas, ou áreas com alto valor de conservação, dentro ou fora da propriedade ou áreas de produção.	0	
	ES-BD 1.2	As áreas utilizadas para a produção dos cultivos do Comércio Justo cumprem com a legislação nacional relacionada com o uso de terras agrícolas.	0	
ES-BD 2	ES-BD 2.1	As zonas tampão em torno de corpos d'água e áreas de recarga de bacias hidrográficas são mantidas.	0	
	ES-BD 2.2	As zonas tampão entre produção e áreas de alto valor de conservação são mantidas.	0	
	ES-BD 2.3	Nenhum cultivo é realizado dentro de zonas tampão, e pesticidas, outros produtos químicos perigosos ou fertilizantes não são aplicados nas zonas tampão.	0	
	ES-BD 2.4	Zonas tampão com alto valor ecológico são conectadas para estabelecer corredores ecológicos.	0	
	ES-BD 2.5	Corredores ecológicos são protegidos ou restaurados com vegetação natural.	0	
	ES-BD 2.6	Esterco animal ou outro resíduo não é aplicado ou descartado em zonas tampão, ou em solo congelado.	0	
	ES-BD 2.7	Há uma avaliação da propriedade sobre as áreas de alto valor ecológico (ex.: áreas com floresta intacta significativa, cobertura de dossel de floresta primária, comunidades raras de flora e fauna, elementos de habitat importantes, valores críticos de bacias hidrográficas, importância para a identidade cultural tradicional de comunidades locais).	3	
	ES-BD 2.8	Se áreas de alto valor ecológico estejam completamente faltando na propriedade, existe um plano de restauração ecológica por escrito para restaurar o habitat natural, a floresta e outras áreas de vegetação natural em uma parte da propriedade com vegetação nativa.	3	
	ES-BD 2.9	O plano de restauração ecológica tem sido implementado.	6	
ES-BD 3	ES-BD 3.1	A coleta em áreas não cultivadas é feita de maneira que minimize o impacto humano e não ameace a sobrevivência de espécies coletadas em seu habitat nativo.	0	
ES-BD 4	ES-BD 4.1	A caça ou coleta de espécies selvagens ameaçadas ou raras não são permitidas na propriedade.	0	
	ES-BD 4.2	Medidas específicas têm sido implementadas para restringir a caça não autorizada e coleta comercial da flora e fauna (ex.: sinais de "proibido caçar", portões, cercas, proteções, etc.).	1	
	ES-BD 4.3	A administração da propriedade e/ou PAM criou uma lista de espécies selvagens nativas da região e identificou quais das espécies são classificadas como vulneráveis, em perigo de extinção ou criticamente em perigo de extinção de acordo com a lista vermelha da IUCN (http://www.redlist.org) e/ou por meio de consultas com agências governamentais relevantes ou universidades.	1	
	ES-BD 4.4	A administração da propriedade e/ou PAM criou uma lista de espécies invasoras comuns na região e a administração e/ou PAM identificou áreas na propriedade onde as espécies tenham sido avistadas.	1	
	ES-BD 4.5	Um plano por escrito para gestão da vida selvagem tem sido desenvolvido com base nos resultados obtidos a partir de consultas com agências governamentais relevantes ou universidades, acompanhado por um cronograma e ações claramente definidas.	3	
	ES-BD 4.6	O plano de gestão da vida selvagem tem sido implementado.	6	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
ES-BD 5	ES-BD 5.1	A empresa e/ou PAM documenta seu envolvimento em projetos ambientais locais e regionais relacionados ao apoio à biodiversidade da região.	3	
ES-BD 6	ES-BD 6.1	A empresa e/ou PAM avalia cenários para a diversificação agrícola na propriedade.	3	
	ES-BD 6.2	A empresa e/ou PAM avalia a implementação de sistemas agroflorestais.	3	
GHG Energia e Emissões de Gases de Efeito Estufa				
ES-GHG 1	ES-GHG 1.1	A quantidade de energia utilizada no local é monitorada, e o consumo total de energia e energia por quilograma de produto processado é relatada anualmente.	0	
	ES-GHG 1.2	Todas as operações de produção de energia no local são demonstravelmente operadas de acordo com os requerimentos de permissão local ou cumprem com os mais altos padrões de emissões praticáveis.	0	
	ES-GHG 1.3	Um cronograma dos projetos de eficiência de energia implementados na propriedade é documentado.	1	
	ES-GHG 1.4	A empresa substitui fontes não renováveis de energia por fontes renováveis de energia (ex.: solar, eólica, hidráulica, geotérmica, biomassa) onde economicamente viável.	3	
ES-GHG 2	ES-GHG 2.1	A organização tem pesquisado práticas que reduzem a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e aumento de sequestro de carbono.	3	
	ES-GHG 2.2	Um plano por escrito de eficiência e conservação foi desenvolvido e implementado para reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e aumentar o sequestro de carbono.	6	
TR Requisitos Comerciais				
BR Requisitos Básicos				
TR-BR 1	TR-BR 1.1	A empresa (PAM, no caso de propriedades múltiplas) deve assegurar que todos os produtos que estejam sendo comercializados como Comércio Justo tenham um certificado válido.	0	M
	TR-BR 1.2	A empresa (o PAM e todos os seus membros, no caso de propriedades múltiplas) e quaisquer entidades subcontratadas facilitam auditorias anunciadas e não anunciadas, e fornecem todas as informações requeridas necessárias para demonstrar o cumprimento com as normas do Comércio Justo.	0	M
	TR-BR 1.3	<i>Aplicável onde subcontratados são usados:</i> A empresa (o PAM e cada membro utilizando subcontratados) possui acordos escritos com todas as entidades requeridas dentro do escopo da auditoria para que cada entidade adicional faça todo o esforço para cumprir com as Normas e requerimentos do Comércio Justo. Os acordos devem autorizar a Fair Trade USA a conduzir auditorias locais de cada entidade adicional.	0	
PS Fornecimento do Produto				
TR-PS 1	TR-PS 1.1	A menos que esteja declarado nas normas de produto, produtores certificados podem vender produtos que tenham sido mantidos em estoque por no máximo um ano antes de a certificação ser inicialmente dada como certificada.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
PT Rastreabilidade Física do Produto				
TR-PT 1	TR-PT 1.1	<i>Voluntário para produtores de cacau, chá, açúcar e suco de fruta que também processa seus próprios produtos:</i> Produtos do Comércio Justo inacabados não são misturados com produtos não Comércio Justo. Produtos do Comércio Justo inacabados são separados de produtos não certificados Comércio Justo no transporte, processamento/fabricação e no armazenamento (i.e. sacos/caixas separadas no transporte / linhas de processamento separadas / lotes separados no armazenamento).	0	M
	TR-PT 1.2	<i>Voluntário para produtores de cacau, chá, açúcar e suco de fruta:</i> A organização (o PAM e cada um dos seus membros, no caso de propriedades múltiplas) documentou os procedimentos de rastreabilidade física.	0	
TR-PT 2	TR-PT 2.1	<i>Voluntário para produtores de cacau, chá, açúcar e suco de fruta:</i> Os produtos do Comércio Justo são marcados claramente e podem ser identificados como certificados do Comércio Justo em todos os estágios (ex.: armazenamento, transporte, processamento, embalagem, rotulagem, manuseio e venda).	0	
TR-PT 3	TR-PT 3.1	<p><i>Aplicável somente a produtores de cacau, chá, açúcar e suco de fruta:</i> Se os requerimentos de rastreabilidade física do TR-PT 1.1, 1.2 e 2.1 não são atendidos, os volumes vendidos como Comércio Justo não excedem os volumes equivalentes produzidos pela propriedade certificada pelo Comércio Justo e o produtor indica o status da rastreabilidade aos compradores por escrito (ex. na documentação de venda).</p> <p>Produtores vendendo a comerciantes que atendem aos requerimentos de rastreabilidade física são também responsáveis por atender os requerimentos de rastreabilidade física.</p> <p>Produtores que não são responsáveis por manter a rastreabilidade física podem misturar produtos de sua propriedade certificada pelo Comércio Justo (ou propriedades que sejam membros do PAM, no caso de propriedades múltiplas) com produto de uma propriedade não certificada no nível de processamento se os seguintes critérios são cumpridos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produtos misturados Comércio Justo e não Comércio Justo (balanço de massa) não são vendidos ao comprador antes do produto do Comércio Justo ser realmente produzido. - Entradas certificadas pelo Comércio Justo e entradas não certificadas pelo Comércio Justo são processadas no mesmo local. 	0	
	TR-PT 3.2	<i>Aplicável somente a propriedades múltiplas:</i> Somente o PAM vende produto certificado do Comércio Justo. Membros do PAM não divulgam sobre a certificação do Comércio Justo do produto que eles vendam a outros compradores que não o PAM.	0	

Nº de Referência do Padrão	Nº de conformidade	Critério de Conformidade	Tempo (Ano da avaliação)	Maior (Requisitos Críticos)
TD Rastreabilidade através de Documentação				
TR-TD 1	TR-TD 1.1	Todos os documentos de venda (ex. faturas, contratos, conhecimento de embarque, notas de entrega) relacionados ao produto do Comércio Justo, declaram o ID do Comércio Justo do vendedor e indicam quais produtos são certificados do Comércio Justo, bem como as datas aplicáveis das transações. Em casos de produtos não prontos para o consumo, toda a documentação de venda também inclui o ID do Comércio Justo do Comprador do Comércio Justo.	0	
	TR-TD 1.2	Todas as documentações de vendas indicam as quantidades e características do produto certificado pelo Comércio Justo quando comprado e vendido.	0	
	TR-TD 1.3	<i>Aplicável somente para bananas</i> : O sistema de rastreabilidade em cada caixa deve indicar local e a data de empacotamento.	0	
CR Contratos do Comércio Justo				
TR-CR 1.1	TR-CR 1.1	<i>Não aplicável para a Categoria de Flores e Plantas</i> : Todos os elementos das transações do Comércio Justo fixados no contrato são honrados a menos que ambas partes concordem por escrito com uma mudança.	0	
CS Suspensão de Contrato				
TR-CS 1	TR-CS 1.1	Quando um produtor ou comprador é suspenso, dentro de 6 meses, os contratos que já tenham sido assinados são cumpridos, e novos contratos são somente assinados com os parceiros comerciais existentes da organização (transações comerciais que ocorreram nos 12 meses anteriores).	1	
DC Decertificação				
TR-DC 1	TR-DC 1.1	A empresa (PAM no caso de propriedades múltiplas) não vende produtos a operadores decertificados para serem vendidos como produtos certificados a partir da data de decertificação. Todos os contratos que foram entregues ao comprador devem ser aceitos. Contratos que ainda não foram entregues não devem ser classificados como contratos do Comércio Justo. Se a propriedade do produto do Comércio Justo foi transferida antes da data de decertificação, o produto pode ser vendido como Comércio Justo dentro de 120 dias seguindo a decisão de decertificação.	0	
FTT Uso da marca comercial do Comércio Justo				
TR-FTT 1	TR-FTT 1.1	Somente parceiros licenciados pela Fair Trade USA podem usar a marca de certificação "Certificado pelo Comércio Justo" em produtos acabados. Organizações que são certificadas para vender produtos certificados pelo Comércio Justo podem usar a marca de certificação do Comércio Justo em materiais promocionais (como folhetos, websites ou embalagem de atacado). O uso da marca de certificação está de acordo com o Guia para Uso do Selo da Fair Trade USA, e todos os produtos finais têm aprovação prévia pela Fair Trade USA.	0	